
Jornalismo, meio ambiente e sociedade de risco: energias renováveis quem paga a conta?¹

Luciana Pereira da Silva²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE – *campus*
Recife

Renê Luis Pereira Fragoso de Sousa³
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar o funcionamento discursivo que circunda os discursos sobre as notícias que veiculam a expansão e a implementação da geração de energias renováveis, especificamente, a energia eólica. Partimos da problemática de que a implementação de fontes ‘ditas’ limpas de energias podem gerar impactos socioambientais que precisam ser discutidos na sociedade. O *corpus* discursivo deste trabalho é constituído por duas notícias publicadas em jornais online. A metodologia adotada para a análise consiste na Análise do Discurso (AD). A análise do *corpus* revelou que os discursos sobre as energias renováveis são projetados a partir da Formação discursiva desenvolvimentista-redentora e nos deslizamentos do sujeito os sentidos são projetados.

Palavras-chave:

Jornalismo; Meio ambiente; Sociedade de risco; Energia Eólica; Análise do Discurso (AD).

1 Introdução

Na atualidade podemos observar o aumento do uso das energias renováveis na sociedade brasileira. Esse incremento pode ser atribuído a fatores como: a) os constantes reajustes das tarifas de energia elétrica; b) utilização de bandeiras tarifárias para suprir a escassez hídrica; c) necessidade do país se adequar aos acordos internacionais, dentre outros.

Compreendemos que o crescimento da utilização dessas fontes de energias, além dos efeitos positivos, podem gerar impactos socioambientais que ainda não foram/são difundidos/discutidos de forma efetiva com a sociedade. Paralelo a isso, há a necessidade de se ampliar os estudos que retratem as possibilidades de descarte dos equipamentos ao

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente. XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE – *campus* Recife; Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

³ Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – Email: rene.fragoso@gmail.com

findar a vida útil, além de buscar proposições para mitigar os impactos negativos dos parques eólicos já instalados.

Diante disso, levantamos os seguintes questionamentos: como as notícias sobre o aumento dos usos das energias renováveis têm repercutido nas páginas dos jornais? Nesses espaços os impactos negativos do incremento dessas fontes de energia têm sido discutidos? As vozes das comunidades impactadas com o incremento desses projetos repercutem nas páginas dos jornais?

Neste artigo, nos debruçaremos sobre o processo do funcionamento discursivo que circunda as notícias que veiculam a expansão e a implementação da geração de energias renováveis de fontes eólicas.

Discutiremos aspectos do jornalismo com base nos autores Franciscato (2014), Hall et al (2016), Tuchman (2016). Compreendemos, no caso específico desta discussão, o jornalismo como esfera pública⁴ em potencial para pautar/repercutir os problemas e as questões de natureza ambiental.

Analisaremos duas notícias publicadas em plataformas de jornalismo online, são elas: “Mulheres agricultoras marcham na Paraíba contra o impacto negativo da energia eólica na zona rural”, publicada pelo MarcoZero Conteúdo; “Por que mulheres tentam barrar complexo de energia eólica na Paraíba”, publicada pelo BBC News Brasil.

Para a análise da notícia, utilizaremos a concepção da Análise do Discurso (AD) da linha Francesa, na perspectiva de seu fundador M. Pêcheux. A (AD) é considerada uma teoria discursiva que visa compreender como os objetos fazem sentidos no seu modo de significar para os sujeitos. A AD não trabalha com a noção de sujeito empírico, mas de sujeito discursivo, ou seja, ele (sujeito) sofre a determinação da história e da ideologia. Esse sujeito tem a ilusão do dizer, mas fala a partir de uma formação discursiva⁵ que o domina.

⁴ A esfera pública Para Habermas (1984, p. 14-15, grifos nossos) pode ser compreendida como: “A própria ‘esfera pública’ se apresenta como uma esfera: o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ele aparece simplesmente como a esfera da opinião pública que se contrapõe diretamente ao público. Conforme o caso, incluem-se entre os ‘órgãos da esfera pública’ os órgãos estatais ou então as mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique”.

⁵ Pêcheux (2014) utiliza o conceito de FD a partir da perspectiva foucaultiana ampliando por compreender que a FD não consiste em um conceito hermético, mas vislumbra a heterogeneidade. Dessa forma, apresentamos o conceito de Formação discursiva: “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica e geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2017, p. 144).

Na próxima seção, discutiremos as noções que regem, neste artigo, a compreensão sobre o jornalismo, meio ambiente e a sociedade de risco.

2 Jornalismo, meio ambiente e sociedade de risco

Neste texto, pensamos as notícias sobre as questões e problemas ambientais como textos produzidos dentro de um macro contexto. Nessa perspectiva, acreditamos que a orientação de Franciscato (2014, p. 89-90) pode corroborar com o nosso entendimento:

O produto jornalístico (o seu texto) não é sintético, mas plural. [...] é um recorte, uma colagem ou combinação de observação, descrição e interpretação tanto do jornalista quanto da equipe de produção e das fontes de informação. [...] O produto jornalístico é um permanente diálogo entre os interlocutores envolvidos na sua produção ou na sua recepção, mesmo que ocorram situações de desigualdade na interlocução.

O autor ainda acrescenta que: “a notícia é resultante de uma combinação complexa de elementos díspares: sua forma e conteúdo final representam a convergência de vários processos sociais [...]” (FRANCISCATO, 2014, p. 91). Nessa condução, o texto jornalístico apresenta nuances que precisam ser consideradas, que vão desde a sua produção ao seu consumo pelo público final. Dentre esses processos, devemos compreendê-lo como produzido em um contexto socioeconômico, político e cultural.

Hall et al (2016, p. 311, grifos do autor) orientam que os media utilizam “mapas” culturais do mundo social ao identificar os acontecimentos que podem vir a ser noticiáveis, ou seja, que possam vir a “fazer sentido” na sociedade. Para os autores ao se dar significado social aos acontecimentos “tanto assume como ajuda a construir a sociedade como um ‘*consenso*’”. Porém, os autores advertem que, esse ponto de vista “consensual” tem consequências políticas relevantes quando são ofertadas como sendo constituinte de toda comunicação, ou seja, eles partem da pressuposição de que todos temos os mesmos interesses na sociedade e (co)partilhamos das mesmas estruturas de poder, configurando-se esse raciocínio como a ideia de “consenso político”.

Para Hall et al (2016, p. 312) esses pontos de vista “consensuais” da sociedade “representam-na como se não existissem importantes rupturas culturais ou econômicas, nem importantes conflitos de interesses entre classes e grupos.” Diante disso, os autores consideram que os acontecimentos, enquanto notícias, são expostos dentro de

enquadramentos que resultam, em boa parte, da noção de consenso enquanto particularidade comum da vida cotidiana.

Logo, no cerne desses enquadramentos estão as relações da prática cotidiana que o jornalista precisa estabelecer para que os acontecimentos façam sentido para os leitores, dentre eles, podemos citar: as relações de poder e os constrangimentos organizacionais imbricados no âmbito da modernidade reflexiva.

Beck (2010), no que concerne à modernização reflexiva, faz as seguintes considerações: o processo de modernização torna-se ‘reflexivo’, convertendo-se a si mesmo em tema e problema. Às questões do desenvolvimento e do emprego de tecnologias (no âmbito da natureza, da sociedade e da personalidade) sobrepõem-se questões do ‘manejo’ político e científico – administração, descoberta, integração, prevenção, acobertamento – dos riscos de tecnologias efetiva ou potencialmente empregáveis, tendo em vista horizontes de relevância a serem especificamente definidos (BECK, 2010, p. 24, grifo do autor).

Ainda discutindo a temática da reflexividade, Beck (2010, p. 31-32) afirma que os riscos da modernização reflexiva são como riquezas, portanto, objetos de distribuição constituindo-se de posições, ou seja, posições de ameaça e de classe. Porém, para o autor, tanto em um caso como no outro, referem-se a um bem distinto e uma controvérsia em torno de sua distribuição. Assim, as riquezas sociais são bens de consumo, renda e oportunidades de educação, propriedades e assim por diante. Já as ameaças são consideradas subproduto de uma abundância a ser evitada, cabendo erradicá-las ou negá-las, reinterpretando-as.

Ao discutir o teor de risco, Beck (2010, p. 40) afirma que os riscos não se esgotam, porém, considerando os efeitos e danos já ocorridos, há neles um componente futuro. Dessa forma, os riscos têm uma relação com a antecipação, com as catástrofes que não ocorreram, mas são iminentes e, em virtude disso, tornam-se reais. O autor acrescenta que, em um sentido decisório, os riscos são, simultaneamente, irreais e reais, entretanto, algumas das ameaças e destruições já são reais, tais como: “rios poluídos ou mortos, destruição florestal, novas doenças, entre outros”.

Nesse aspecto, concordamos com Beck (2010) e, para ilustrar, citamos um recorte textual de uma das notícias que analisaremos neste trabalho: “aumentou o número de pessoas doentes com depressão e crises de ansiedade, ninguém consegue dormir sem tomar remédio, porque o barulho das torres não para nunca, é insuportável” (CARNEIRO,

2022). Nesse recorte fica evidente que as ameaças e distribuições já fazem parte do cotidiano de algumas comunidades nas quais houve a instalação de parques de geração de energia eólica. Evidentemente, não se questiona o benefícios que estão atrelados ao incremento desse tipo de energia, por outro lado, é imprescindível que sejam discutidos os impactos nas vidas dessas pessoas e no ambiente no qual estão inseridas..

Beck (2010, p. 40) afirma com relação à força social do argumento do risco, ou seja, nas ameaças projetadas no futuro. Nesse caso, quando esses riscos surgem, refletem destruições de tal proporção que uma ação ou conjunto de ações para solucioná-los se torna impossível, no entanto, como suposição, a ameaça futura adquire relevância ativa. Diante disso, o argumento do autor é que a produção social da riqueza mantém uma relação direta com a produção de risco, ou seja, “a miséria é hierárquica, o *smog* é democrático”, conforme advoga Beck (2010, p. 43). Nesse sentido, o efeito bumerangue não atinge, necessariamente, a vida, refletindo-se em outras relações de mediações, tais como: dinheiro, propriedade, legitimação, não alcançado apenas o causador, mas afetando todos globalmente e por igual.

Entretanto, o autor adverte que a distribuição de riscos também estabelece uma distinção de classes, porém de maneira inversa, ou seja, as riquezas se concentram na camada superior e os riscos na inferior. Dessa forma, os ricos (em termos de renda, poder, educação etc.) podem adquirir segurança e se afastar do risco. Já os pobres (pouco acesso à educação, moradia, renda etc.) permanecem próximos aos riscos. Nesse sentido, os pobres executam os trabalhos que exigem menor qualificação e maior risco, residem nas localidades vizinhas aos centros de produção industrial, aterros sanitários, em localidades atingidas, ao longo do tempo, por poluentes da água, do solo e do ar.

Ao nos debruçarmos sobre esses aspectos da distribuição desigual dos riscos, retornamos ao *corpus* deste trabalho para trazer um recorte textual que retrata a situação de moradores das áreas circunvizinhas aos parques eólicos.

Tudo o que a gente tinha foi embora, não teve progresso nenhum, as empresas prometeram desenvolvimento, mas era mentira. Hoje a minha casa está toda rachada, a gente não tem sossego, perdemos nossas terras e não ganhamos nada em troca. (CARNEIRO, 2022, grifos da autora, grifos nossos)

O depoimento da moradora da circunvinhança de um empreendimento de geração de energia eólica reforça o que aponta Beck (2010) quando se refere ao modo como os riscos ficam próximos das pessoas com menos recursos financeiros. De outra parte,

voltamos ao questionamento proposto no título desta comunicação “energias renováveis: quem paga a conta?” Na seção seguinte, discutimos sobre as energias renováveis, particularmente, neste trabalho detemos nosso olhar sobre os parques eólicos.

3 Uma breve discussão sobre as energias renováveis

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, as fontes renováveis são aquelas pertencentes a um grupo de energia inesgotável, isso é, que possuem sua fonte primária de energia se renovando constantemente. Como exemplo de fontes renováveis, podemos citar a fonte hídrica, a solar e a fonte eólica, a qual irá se deter nossos esforços.

Pinto (2013) cita que o uso da energia eólica em larga escala teve seu início a partir da década de 80, sendo acompanhada por uma queda significativa dos preços do kWh, devido ao desenvolvimento tecnológico e a economia trazida com a geração em larga escala.

No Brasil, ao consultar o Plano de Operação Energética – PEN, relativo ao ano de 2021, percebe-se que a energia eólica possui um total de 16,7GW de capacidade instalada, sendo responsável por 10,1% da Matriz Energética Nacional, o maior percentual dentre as fontes de energia renováveis.

O cenário fica ainda mais evidente ao se consultar a projeção de crescimento da capacidade instalada, que segundo o PEN 2021 será de 25,2 GW em 2025. Ao consultar o Boletim Anual de Energia Eólica da Associação Brasileiras de Energia Eólica – ABE, constata-se que no território brasileiro, em 2020, foram instaladas 66 novos parques eólicos em estados da região Nordeste do Brasil (Bahia, Rio grande do Norte, Ceará e Piauí), finalizando o ano com 686 usinas eólicas e 17,75GW de potência instalada.

A localização dessas usinas, em sua maioria, são na região Nordeste, quando instaladas e mantidas sem a devida avaliação quanto aos impactos ambientais e sociais podem acarretar em complicações para os moradores locais, esses problemas muitas vezes não abordados em sua totalidade pelos veículos de imprensa, conforme pode ser observado neste artigo.

Na seção que irá se iniciar trataremos sobre alguns conceitos da análise do discurso que serão mobilizados na análise do *corpus* discursivo.

4 Análise do discurso: gestos de interpretação e efeitos de sentido

Para Orlandi (2016) o discurso é um elemento particular da materialidade ideológica. Esses (discursos) são projetados pela formações ideológicas (FI) que comportam uma ou mais formações discursivas (FD) interligadas que determinam o que pode e dever ser dito, em virtude das condições de produção. Orlandi (2016, p. 45, grifos da autora) considera que a materialidade “*específica* (particular)” da ideologia é o discurso.

Nesse sentido, ao pensarmos as discursividades em sua materialidade estaremos pensando: “a sociedade em seu processo de constituição e não como inerte. E pensar o indivíduo, na relação com o Estado e a Sociedade, como político-social e não psicobiológico” (ORLANDI, 2016, p. 48). Para a autora citada, o político, discursivamente, está imbricado em todo discurso, ou seja, tanto o sujeito como o sentido são divididos, possuindo uma direção que não é indiferente à relação com a ideologia.

Diante disse, para responder aos questionamentos, adotamos o que afirma Orlandi (2015, p. 37): “o dizer não é propriedade particular”, mas o sentido pode deslizar por esses vários dizeres encontrados no nosso cotidiano. Assim como os sentidos podem significar de maneira distinta para cada sujeito, “os sentidos se constituem nele” (sujeito) (ORLANDI, 2015).

Essa afirmação nos leva a concluir que o sujeito jornalista ao se inscrever em uma Formação discursiva (FD), sendo por ela dominado, irá enunciar a partir dos discursos possíveis e, conseqüentemente, irá negar outros sentidos, caminhará no entremeio entre/na ilusão de um sentido único. Para Orlandi (2007), o silêncio significa pela iminência do sentido e pela incompletude da linguagem, na relação que o “dizer” comporta com o “não dizer”, ou seja, o sentido não é dado, não está disponível de forma transparente, uma vez que a linguagem é opaca e a “significação é um movimento. Errância do sujeito, errância dos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 33).

Pêcheux (2014, p. 78-81, grifo do autor) já havia alertado que o discurso não pode ser analisado em uma relação linear como um texto, uma vez que é necessário relacioná-lo “ao conjunto de discursos possíveis”, a partir de condições de produção⁶ determinadas.

⁶ Para Courtine (2014, p. 51, grifos do autor), as Condições de Produção (CP) do discurso apresentam em sua constituição tanto componentes empíricos como heterogêneos, conforme afirma o autor: “[...] o lugar onde se opera uma psicologização espontânea das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência das relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os

Pêcheux (2014, p. 82) acrescenta que todo processo discursivo pressupõe a presença das formações imaginárias, conceituadas como: “o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Assim sendo, a formação social possui em seu cerne normas de projeção para as formações imaginárias que mantêm relações entre as situações e as posições que podem ser assumidas pelos sujeitos do discurso, não os sujeitos físicos (empíricos), mas as imagens que resultam dessas projeções, ou seja, os sentidos produzidos serão distintos, uma vez que os sujeitos se idealizam na forma-sujeito da formação discursiva (FD) na qual se inscrevem.

4.1 Procedimentos de trabalho

Nesta seção, pretendemos apresentar o *corpus* discursivo da pesquisa. Como já tratamos “todo discurso é parte de um processo mais amplo que recortamos e a forma de recorte determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos.” (ORLANDI, 2015, p. 62). Nesse momento, estamos realizando o que a autora conceitua como um “gesto de leitura”, pois trata-se de um olhar do analista, particular e individual (cada analista recorre aos critérios, mobiliza os conceitos e adota os procedimentos que julga mais efetivos para responder as suas questões de pesquisa), tornando cada trabalho único.

Diante disso, com o intuito de apontar o caminho percorrido para a concepção deste trabalho explicamos, brevemente, como procedemos:

As notícias selecionadas para *corpus* empírico deste trabalho foram selecionadas de forma aleatória após identificar a postagem na página das redes oficiais nas quais foram noticiadas. A partir deste gesto de interpretação, realizamos uma busca por palavras-chaves: energias renováveis + impacto ambientais + parques eólicos. Ao final, localizamos apenas essas notícias que foram repercutidas em outros veículos. Logo, constatamos que na prática discursiva há uma associação das energias renováveis como ‘energias limpas’.

- a) O *corpus* empírico é constituído por duas notícias, denominadas Notícia 1 – N1, Notícia 2 – N2, selecionadas no mês de maio deste ano;
- b) O *corpus* discursivo é constituído de trechos dessas notícias;

sujeitos do discurso”. Para o autor, no âmbito dessas relações o “sujeito do discurso” é apenas tratado como portador ou efeito.

- c) O *corpus* discursivo encontra-se separado para a análise em Sequências Discursivas⁷, denominadas de SD;
- d) Os grifos que realizamos no interior das SDs estão em negrito.

5 Uma breve análise: gestos de interpretação e efeitos de sentido

Partimos da compreensão, nesta pesquisa, que as Condições de Produção, em virtude das circunstâncias contextuais, projetaram a Formação Ideológica - FI Industrialista-capitalista⁸ e dela surge a FD desenvolvimentista-redentora.⁹

O conjunto de textos apresentados constituem-se como as análises das Sequências Discursivas que serão observadas neste artigo:

Notícia 1 – N1 - Sequência Discursiva 1 (SD1):

Mulheres agricultoras marcham na Paraíba contra **impacto negativo da energia eólica na zona rural** (Título – Notícia 1 – N1);
A marcha é um dia pra gente trazer para a cidade, a **nossa identidade**, falar sobre o **nosso projeto político denunciar as várias formas de violência no campo e a tomada do nosso território**. (CARNEIRO, 2022).

Na SD1, tomamos como observação inicial, o título da notícia “Mulheres agricultoras marcham na Paraíba contra impacto negativo da energia eólica na zona rural”. Os enunciados do título projetam os possíveis efeitos de sentido para o leitor: primeiro, podemos inferir que trata-se apenas uma ação das mulheres contra os impactos negativos advindos com a implantação dos parques eólicos na zona rural. Outra leitura possível é que apenas as mulheres agricultoras são afetadas, não afetando demais pessoas. Na continuação da SD1, observamos que esse efeito de sentido pode ser ratificado ao ser enunciado os trechos destacados “nossa identidade”, “nosso projeto político”. Podemos observar, ainda, quando com um gesto de interpretação é materializado, momento no qual a jornalista, no enunciado, projeta uma imagem do discurso da imparcialidade, conforme Tchuman (2016) ou seja, enuncia o discurso da manifestante para nos remeter às condições de produção do discurso, projetando tanto a FI capitalista industrialista, bem

⁷ Segundo Courtine (2014, p. 55) as sequências discursivas (SD) podem ser conceituadas como: “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”.

⁸ Na observação do processo discursivo percebemos que as condições de produção do discurso projetaram a Formação Ideológica Capitalista-Industrialista e dela emergiu Formação discursiva desenvolvimentista-redentora na qual estão ancorados os discursos do capitalismo-industrialista e, consequentemente, os discursos sobre o as relações de desenvolvimento como sinônimo de progresso e renda.

⁹ Os discursos ancorados na FD desenvolvimentista-redentora a ser projetados para o leitor atribui ao progresso/desenvolvimento os ‘discursos salvadores’, “discursos de geração de renda”; “empregabilidade”; “crescimento e desenvolvimento”.

como a determinação da Formação desenvolvimentista-redentora, vejamos os trechos: “denunciar as várias formas de violência no campo e a tomada do nosso território”.

De outra parte, na perspectiva do sujeito-enunciador jornalista, podemos observar que, com o gesto de interpretação, a jornalista projeta as denúncias de violações de direito aos quais estão submetidos os moradores que ficam nas circunvizinhanças do citado parque eólico, além da percepção das residentes sobre como essas moradoras percebem os parques eólicos.

No trecho seguinte, observamos:

N1 – SD2

Nós queremos uma energia que atenda a nossa gente e não apenas as empresas. O que estamos denunciando aqui é a forma como os parques eólicos estão tomando os nossos territórios e como a relação entre as empresas e os agricultores é desigual (CARNEIRO, 2022, grifos nossos).

Nos trechos da SD2, podemos observar que o gesto de interpretação da jornalista é para apresentar novamente uma denúncia, tanto no aspecto de apontar que as moradoras compreendem que os investimentos advindos com a implementação dos parques de energia solar não atendem às necessidades da população e sim a benefícios empresariais, bem como a questão da invasão do território da agricultura familiar.

Nesse caso, pensando a questão de sentidos, passamos a afirmação de Orlandi (2013, p. 6):

[...] o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição; há simbolização das relações de força, de poder, que se estabelecem na divisão própria à sociedade capitalista.

Diante disso, compreendemos que o sentido não é dado, ou seja, o sentido não é posto. Ele (sentido) surge nos deslizamentos e nos gestos de interpretação dos sujeitos discursivos, constituindo-se na relação, língua, sujeito, história e ideologia.

Partimos para a análise da notícia 2 – N2 – Sequência discursiva – SD1:

Por que mulheres tentam barrar complexo de energia eólica na Paraíba (Título)

Para as agricultoras do polo da Borborema, construção de parques eólicos gera risco à segurança de mulheres e à produção de alimentos na região, entenda. (subtítulo). (FELLETT, 2022, grifos nossos).

Iniciamos a análise da N2 – SD1 destacando que no título da notícia observamos os efeitos de sentido que são projetados. No primeiro momento, o efeito é de que as

mulheres são contra a instalação dos complexos de energia eólica na região e que esses motivos serão expressos durante a notícia. Já o subtítulo reforça o entendimento de que as mulheres desaprovam a instalação desses parques, uma vez que geram risco distintos na vida das comunidades.

No trecho seguinte da N2 identificamos um gesto de interpretação do jornalista que podemos observar na sequência discursiva abaixo:

N2 – SD2

O protesto que elas realizaram nesta segunda-feira (02/05), porém, teve como alvo um **tipo de empreendimento raramente associados a danos ambientais**: um complexo de energia eólica. (FELLET, 2022, grifos nossos).

Compreendemos que há discursos presentes na prática discursiva que associam as energias renováveis às fontes limpas e de ausências de impactos socioambientais. No entanto, é necessário que estudos mais efetivos sobre esses impactos sejam realizados e difundidos de forma a socializar a informação com a sociedade, particularmente, democratizar o acesso à informação, evidenciando os impactos que podem advir com a instalação desses parques nas comunidades.

No parágrafo seguinte o jornalista, enunciador, apresenta os discursos atribuídos à agricultora Roselita Victor da Costa Albuquerque, uma das coordenadoras da 13ª Marcha pela vida das Mulheres, vejamos:

N2 – SD3

Não somos contra energias renováveis, diz à BBC News Brasil a agricultora Roselita Albuquerque. **Somos contra o modelo industrial de produção de energias renováveis** que está se expandindo pela nossa região, um modelo que agride a natureza e as mulheres. (FELLET, 2022, grifos nossos)

Os sentidos projetados para o sujeito-leitor sobre as discursividades da N2 - SD3, no trecho acima demarcado, projetam para o leitor que o modelo dito de ‘desenvolvimento’ não atende às necessidades das comunidades circunvizinhas aos parques eólicos, ou seja, apresenta a denúncia de que há situações de violações de direitos tanto das pessoas quanto da natureza.

Na sequência podemos observar o gesto de interpretação do jornalista-enunciador para trazer à tona as informações e discorridades sobre a empresa EDP Renováveis¹⁰, vejamos:

N2 – SD4

A cargo da empresa EDP Renováveis, que em 2019 obteve uma licença Prévia para realizar o empreendimento, o complexo ocupará uma área de 7,6 mil hectares – ou 7,6 mil campos de futebol – e terá capacidade de 302,5 MW, o suficiente para abastecer cerca de 36 mil casas. Será composto por oito parques eólicos com 55 turbinas (aerogeradores). A EDP Renováveis disse ter o **‘compromisso de garantir o mínimo de impacto ambiental’ de seus parques eólicos solares**. (FELLET, 2022, grifos do autor, grifos nossos)

Observamos que há um efeito de sentido que se propaga com as discorridades, quando se atrela aos empreendimentos que aportam na região Nordeste como “salvadores”, “geradores de renda”, “crescimento e desenvolvimento”. Essas discorridades presentes na prática discursiva são projetadas pela formação-discursiva (FD) desenvolvimentista-redentora decorrentes da Formação Ideológica Industrialista-Capitalista (SILVA, 2019). Já constatamos, em estudo anterior, que no discurso jornalístico há discursos cirulantes da FD desenvolvimentista-redentora que projeta as discorridades que associam esse dito ‘crescimento’/‘desenvolvimento’ à melhoria das condições de vida das comunidades circunvizinhas aos grandes empreendimentos. No entanto, o que se assiste é que, com a instalação do empreendimento, essas comunidades sofrem impactos negativos de toda ordem, ficando desassistidas na busca por seus direitos.

No trecho seguinte da N2 – SD5 podemos observar que esses empreendimentos aportam com a finalidade tanto de se atender a acordos internacionais como também para atender a própria demanda energética do país. Vejamos:

N2 – SD5

A obra se insere num contexto de rápido avanço da energia eólica pelo Brasil e pelo mundo. Por um lado, o movimento é visto como positivo por ajudar a reduzir as emissões de gases do efeito estufa; por outro, **a expansão está associada a uma série de conflitos e danos ambientais no Nordeste Brasileiro** (FELLET, 2022, grifos nossos)

¹⁰ Realizamos a busca pelo EIA /Rima do Empreendimento, mas não localizamos.

Nos trechos demarcados, identificamos que o jornalista projeta para o leitor um gesto de interpretação no qual relata a constatação de que essa expansão tem gerado conflitos e danos ambientais no Nordeste Brasileiro.

Por fim, em um gesto de interpretação o jornalista retrata, a partir do discursos atribuídos à agricultora assentada da reforma agrária e uma das coordenadoras do da 13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia:

N2 – SD6

Para as agricultoras do Borborema, no entanto, a forma com que essa fonte de energia tem se expandido pelo Semiárido brasileiro ameaça as mulheres e põe em risco os modos de vida locais. [...] Segundo ela (referindo-se à coordenadora), **‘vimos mulheres com problema de pressão alta, ou mesmo depressivas, porque não conseguiam dormir com o trabalho do aerogerador’** afirma. [...] **‘Diminui muito a área de produção, porque você não pode trabalhar debaixo dos geradores pelo desconforto do barulho e risco de acidentes’**, afirma. **‘Alguns desses homens, segundo Albuquerque, assediam mulheres e meninas locais e têm relacionamentos amorosos com elas.’** ‘Depois elas ficam grávidas, os homens vão embora, e as mulheres ficam com os filhos para criar’. Ela (coordenadora afirma) **‘filhos dos ventos’**. (FELLET, 2022, grifos do autor)

Compreendemos que na SD6 o jornalista materializa o seu posicionamento ao enunciar os trechos que narram as violências vividas pelas mulheres nas comunidades (ver trechos sinalizados com aspas simples). Nos trechos acima apresentados, podemos identificar que o gesto de interpretação produzido pelo jornalista projeta os problemas e demandas socioambientais advindas com a exploração da terra, de forma desordenada, e das pessoas. Nesse sentido, podemos acrescentar que a literatura do jornalismo define essa situação como o uso das fontes creditadas, com o objetivo de passar credibilidade e objetividade à informação, conforme Tuchman (2016) e Hall et al. (2016). Assim sendo, partimos para inferir não há uma liberdade plena do sujeito no dizer. O sujeito não é livre.

6 Algumas considerações

Conforme já apontamos em Silva (2009), os impactos ambientais e socioambientais provocados por grandes empreendimentos podem ficar ofuscados da sociedade por estarem inseridos nas discursividades do capitalismo-industrialista no qual há a associação de ‘crescimento vinculado ao desenvolvimento’.

Podemos dizer que, por um lado, há uma urgência no sentido de ampliar essas discussões para que sejam inseridas na agenda pública, particularmente, pelos riscos que

envolvem toda a sociedade e pela gravidade que o assunto aponta. Contudo, de outra parte, há resistências nos encaminhamentos ao debate, uma vez que, em alguns casos, ferem tanto os interesses corporativos de grandes grupos econômicos como os acordos firmados com os agentes públicos.

Não é possível, em pleno século XXI, que por via de regra, os assuntos se tornem públicos nos eventos catastróficos ou nos crimes de natureza ambiental ou socioambiental.

Ao nos debruçarmos sobre o funcionamento discursivo das notícias sobre a expansão do uso das energias renováveis, particularmente, na instalação de parques eólicos observamos que carece de um olhar mais acurado sobre a situação, tanto das situações desiguais que se estabelecem na relações de negociações entre os a gestão dos empreendimentos e os moradores das vizinhanças desses parques, assim como, no pouco acesso à informação que essas comunidades têm para barganhar com os representantes das empresas.

Por outro lado, pelos depoimentos apontados nas discursividades das notícias aqui discutidas, é inegável que há também um problema de saúde pública que precisa ser observado e levado em consideração.

Por fim, é importante compreendermos que há, na prática discursiva, discursos que associam essas energias como sendo ‘limpas’ e livres de impacto socioambiental. No entanto, na prática fica evidente que não há empreendimento que seja totalmente livre de impactos negativos.

No âmbito acadêmico, é imprescindível trazer para a discussão as demandas/crimes socioambientais para que o debate público seja provocado e que possam gerar ações em outras esferas.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA. Boletim Anual dados 2020. Disponível em: http://www.abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2022/04/PT_Boletim-Anual-de-Geracao_2020.pdf. Acesso em: 02/07/2022

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

CARNEIRO, Giovanna. Mulheres agricultoras marcham na Paraíba contra impacto negativo da energia eólica na zona rural. **Marcozero.org**. Disponível em: <https://marcozero.org/mulheres-agricultoras-marcham-na-paraiba-contrain-impacto-negativo-da-energia-eolica-na-zona-rural/#:~:text=Giovanna%20Carneiro%2C%20em%2002%2F05,%2F2022%2C%2016>

%3A05.&text=A%2013%C2%AA%20Marcha%20pela%20Vida,de%20vida%20das%20fam%C3%ADlias%20agricultoras. Acesso em: 06/05/2022.

FELLET, João. Por que mulheres tentam barrar complexo de energia eólica na Paraíba. **BBC News – Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61302577#:~:text=Como%20alternativa%20%C3%A0%20constru%C3%A7%C3%A3o%20dos,vender%20o%20excedente%22%2C%20afirma>.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. “Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade”. In: SILVA, Gislene et al. (orgs.). **Crítérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

HALL, Stuart et al. “**A produção social das notícias: o mugging nos media**”. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013, Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2015.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO. Plano da Operação Energética 2021/2025. Disponível em: <http://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/Relatório%20PEN%202021.pdf>. Acesso em: 02/07/2022

PÊCHEUX, Michel. “Análise automática do discurso”. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Betânia S. Mariani et al. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PINTO, Milton de Oliveira. **Fundamentos de Energia Eólica – Reimpressão**. Rio de Janeiro; Livros Técnicos e Científicos, 2013

SILVA, Luciana Pereira da. Os impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) ao meio ambiente e a mídia Pernambucana: entre o silenciamento e os efeitos de sentido. (Tese de Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2019.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise da noção de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016..